

UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE A QUEDA DO IMPÉRIO E O COMEÇO DA REPÚBLICA (*).

JUNE E. HAHNER

State University of New York at Albany.

Em novembro de 1889, elementos das forças armadas sediadas no Rio de Janeiro substituíram oficialmente a monarquia brasileira. As análises desse acontecimento incluem sempre o descontentamento do Exército com o um dos principais fatores da queda do Império, bem como a decepção dos lavradores decorrente da abolição da escravatura sem compensação, a gradativa aceitação da inevitabilidade de uma república pela elite política brasileira, e a "Questão Religiosa", ou seja, o conflito entre o secularismo e o ultramontano na década de 1870. Muitos dos mais antigos estudos desse acontecimento, tal como o de Oliveira Vianna, salientam as forças armadas como o principal fator da queda do Império. Entretanto, alguns trabalhos mais recentes, por exemplo o de José Maria Bello, relegam o papel das forças armadas a um papel muito menos importante (1). Neste artigo, ambos os pontos de vista serão considerados e a composição e a atividade das forças armadas serão examinadas.

Alem de acentuar o papel das forças armadas na queda da monarquia, Oliveira Vianna as encara como um agrupamento passivo, estimulado e virtualmente dirigido pelo político da oposição, muitos dos quais eram republicanos. Este

"systema de exploração das classes armadas, concebido, organizado e montado pelo político do Império é que haveria de ser,

(*) — Agradeço ao Dr. Francisco Glycério Neto pelo auxílio prestado na tradução do texto inglês para o português.

(1) — F. J. Oliveira Vianna, *O ocaso do Império*. São Paulo; 1925; José Maria Bello, *História da República* (1889-1954), 4a. edição, São Paulo, 1959.

dentro e m pouco tempo , o ariet e com qu e iria m desmantelar , in - voluntariamente talvez , o propri o Império " (2) .

Heitor Lyra , e m recent e trabalho , ressaltand o a importânci a da s forças armada s n a queda d a monarquia , pretend e tamb e m qu e o s po - líticos dissidente s

"desviaram a s classe s armada s d e sua s obrigaçõe s militare s para joga-la s contr a a s instituiçõe s vigente s " (3) .

Os adepto s d o antig o regim e monárquic o acharam difíci l respon - sabilizar a própri a monarqu i a pela s condiçõe s qu e a levaram à su a substituição pel a república , e salientaram a atuaçã o da s força s arma - das, alegando que os oficiais foram incitados por políticos oposicionistas.

É verdad e qu e muito s republicano s contavam fazer conversõe s entre o s oficiais , d a mesm a form a qu e entr e outra s classe s d a nação . Numerosos dentr e o s joven s oficiali s s e tornaram fervoroso s republi - canos. Algun s republicano s e outro s adversário s do s diferente s mi - nistérios monarquista s defenderam o s oficiali s durant e a "Questã o Militar". Diverso s político s d e oposiçã o chegaram a fazer us o do s receios d o Exército , especialment e o med o d e qu e o Exércit o pudes - se se r substancialment e reduzid o e m se u efetiv o e importânci a e qu e uma forte milíci a pudesse surgir com o forç a contrári a (4) .

A questã o d e quando , exatamente , o Marechal Deodoro d a Fon - seca foi i convertid o à s convicçõe s republicana s tem atraíd o a atençã o de muito s escritores . Entretanto , a dat a exat a dess e fato , s e isso real - mente teve lugar , é difíci l determinar . Certament e Deodoro nã o er a republicano algun s mese s ante s d a derrubad a d o Império . E m 188 8 ele escreve u a u m d e seu s sobrinhos , alun o d a Escol a Militar e repu - blicano , para nã o acompanh ar aquele s

"tolos o u malucos " o u meter-s e "e m questõe s republicanas" , visto qu e "Repúblic a n o Brasi l é cois a impossível , porqu e ter á verdadeira desgraça" .

(2). — Oliveir a Vianna , *opus cit.*, 135 .

(3). — Heito r Lyra , *História d a queda d o Império*, 2 vols . São Paulo , 1964, II , 132 .

(4). — Vid e editoriai s n o *O Republicano* (Ri o d e Janeiro) , *A Federaçã o* (Port o Alegre) , *A Denúncia* (Port o Alegre) , e *Diário d e Notícias e O País* n o Ri o d e Janeiro , e m 1889 . Cf. Georg e C . A . Bohrer , *D a monarquia à república. História d o Partido Republicano d o Brasil* (1870-1889) . Trad . Berenice Xavier . (Ri o d e Janeiro , 1954) , 291-300 .

Enquanto isso era a "mau" com a Monarquia, muito "pio" se mella", porque o Brasil continuava se preparando e se educando para uma república (5). Quintino Bocaiuva que, com o apoio dos líderes do Partido Republicano tentava criar a hostilidade dos militares para com o governo imperial, tinha pouca confiança em Deodoro já em 1889. Em carta a um amigo íntimo, relatando o seu distúrbio de movimento republicano, declarava que a então recente

"morte do Madureira foi para nós um desastre e com o Deodoro não podemos contar" (6).

O Exército, com o um todo, não era simples instrumento de ambições dos civis para ser usado por hábeis políticos para seus próprios objetivos. Alguns líderes da oposição tinha mais do que a chamada do descontentamento dos militares, mas eles não tinham ateador o fogo. As forças armadas não eram dócil instrumento de ninguém; pelo contrário, mas constituíam, por si só, uma potência. Alguns republicanos realmente desejava utilizar o descontentamento dos militares e outros esperava que os oficiais se tornasse aliados subordinados, mas republicano com o Joaquim Saldanha Marinho e Cristiano Benedito Ottoni ficara desiludido desde depois do 15 de novembro, quando os oficiais chegara ao poder.

Durante a "Questão Militar" da década de 1880, Joaquim Saldanha Marinho alem de ter fornecido aos oficiais uma justificativa teórica para seus atos. com o tinha muita vezes defendido suas insubordinações. Na *Revista Federal*, jornal republicano, citou vários precedentes históricos e leis para demonstrar que os oficiais possuía o necessário.

"critério de conhecer a legalidade das ordens para executá-las", e que "Deixar de cumprir uma ordem ilegal não é acto revolucionário" (7).

Mas, em seguida à implantação da República, Saldanha Marinho expressou seu descontentamento e desilusão com o novo regime. Ele repetidamente demonstrou sua preocupação pelo "direito dos civis" violados pelo regime dominado pelos militares, alegando que

(5). — Deodoro a Clodoaldo da Fonseca, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1888 e 16 de outubro de 1888, Coleção Clodoaldo da Fonseca, do Dr. Roberto Piragib e da Fonseca, Rio de Janeiro.

(6). — Quintino Bocaiuva a Gabriel Cruz, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1889, Arquivo do Museu Histórico Nacional, sem número.

(7). — *Revista Federal*, I, nº 6 (31 de outubro de 1886), 2-3.

"republica com o est a nã o é certament e aquell a pell a qua l affrontei a s ira s d o imperador " (8) .

Cristiano Benedit o Otton i nunc a encorajo u o u aprovo u a parti - cipaçaõ do s militare s n a política , a o contrári o d e Saldanh a Marinho . Ottoni parec e te r pensad o qu e o Exércit o seri a apena s o agent e ime - diato par a a proclamaçã o d a Repúblic a em 1889 , chamad o n o últim o minuto pelo s civi s qu e deveria m permanece r n a chefia , com o ocorre - ra com a deposiçã o de D. Pedr o I em 1831 , e à qual Otton i assistiu . O predomíni o do s militare s n o govern o e o s perigo s par a o s "direito s civi s" qu e ele e testemunhav a sob a jovem repúblic a causavam-lhe gran - de apreensã o par a o futur o (9) .

Em oposiçã o a Oliveir a Vianna , historiadore s mai s recentes , co - mo Jos é Mari a Bello , reduzem o pape l da s força s armada s n a derru - bada d a Monarquia . Bell o entend e qu e su a açã o provo u se r decisiva porque o Impéri o estav a à beira do colapso ;

"já era m tã o fraca s a s raíze s d o Impéri o , qu e qualque r inci - dente mai s grav e a s extirparia . N o fundo , fora m semp r e republi - canos, embor a incerto s o u confuso s o s sentimento s d e bo a part e das elite s brasileira s " (10) .

Bello reflete , amplamente , a s opiniõe s d e Felisbell o Freire , u m republicano e testemunh a do s acontecimento s d e novembr o d e 1889 , o qua l entend e qu e o s republican o s civi s , atravé s d e su a propagand a

"se tinha m infiltrad o n o espírit o públic o " (11) .

Durante esse período , entretanto , a s força s armada s fora m fato r político vital , vist o qu e exercera m decisiv o control e n o Brasi l po r vá - rios ano s depoi s d a queda d o Impéri o . O nov o govern o republican o estav a dominad o po r oficiai s que , em crescent e número , preencheram muitas das que , anteriormente , eram consideradas posições civi s, desde ministros d e estad o e governadore s estaduai s at é funçõe s n o sistem a telegráfico, na s ferrovias , n o corp o diplomátic o e consular , na s escola s

(8). — Sessã o d e 22 d e junh o d e 1892 , Congresso Nacional , *Annaes d o Senado Federal. Segunda sessão d a primeira legislatura*, II , 35 .

(9). — Cristian o Benedict o Ottoni , *O advento d a República n o Brasil*. (Rio de Janeiro, 1890) , 82-84, 107-108, 124-130 .

(10). — Bello , *História d a República*, 4 .

(11). — Felisbell o Firm o d e Oliveir a Freire , *História constitucional d a República dos Estados Unidos d o Brasil*, (Ri o d e Janeiro, 1894-5) , II , 5 .

públicas e nos matadouros (12). Embora numerosos civis participassem do governo provisório republicano, foram incapazes de exercer influência decisiva em assunto de importância para os oficiais. Com o próprio Felisbelo Freire o admitia,

"O poder estava de facto em suas mãos. Um civil investido de auctoridade, ou submettias e á orientação o qual e lher a traçada pelo meio militar em que vivia, ou retirava-se do cargo, voluntariamente ou destituído" (13).

As forças armadas, portanto, eram um poder antes e depois da queda do Império, poder que não podia ser ignorado nem devesse ser subestimado. Embora a fosse um dos principais factores que conduziram à queda da Monarquia, talvez não seja possível determinar o exato valor relativo aos demais factores. Por outro lado, seria mais interessante examinar a composição das forças armadas que permitiram esse tipo de actividade tanto antes como depois da derrubada da Monarquia.

Essas forças organizadas de homens armados não eram um corpo unido, monolítico, porém uma força armada fortemente dividida. As dissensões que existiam dentro dela foram cruciais para suas actividades políticas, facilitando-lhes o envolvimento político, afetando seu comportamento quando o poder depois de 1889 e facilitando seu afastamento do poder em 1894.

Enquanto os oficiais das forças armadas brasileiras tinha plena consciência de si próprios com os militares, não tinham eles sua própria ideologia ou programa político. Nas palavras do antigo republicano C. B. Ottoni, na década de 1880

"não sustentava mais idéias ou princípios políticos, não aspira a reforma alguma de interesse geral" (14).

Enquanto alguns oficiais defendiam certos programas políticos, tais como a abolição da escravatura, refletindo posições e argumentos civis, estavam eles tão desunidos e superficiais a respeito das reais necessidades e problemas da nação como muitos dos civis. Seu senso de honra e de solidariedade de classe e funcionou mais efetivamente com o um factor de unificação quando acreditaram estar sendo atacado pelo um governo distante e antipático, como, por exemplo, durante a "Questão

(12). — *Jornal do Comércio*, 25 de junho de 1893, 1; cf. Felisbelo Firmino de Oliveira Freire, *História da revolta de 6 de setembro de 1893*, (Rio de Janeiro, 1896), 75.

(13). — Freire, *História constitucional da república*, II, 81.

(14). — Ottoni, *O advento da República no Brasil*, 84.

Militar". Esta questão é constantemente ressaltada em muitos das mais antigas interpretações do caso do Império, mas seu significado é mal compreendido. Esse incidente demonstra que a unidade militar existia somente em matéria de honra e questões de serviço.

Conquanto na opinião de alguns escritores essa série de incidentes militares tenha tido sua origem nas modificações resultantes da Guerra do Paraguai (15) é difícil estabelecer um elo direto entre essa Guerra e os incidentes posteriores. A Guerra do Paraguai terminou em 1870 e o primeiro incidente da "Questão Militar" não explodiu senão em 1879, tendo o segundo incidente ocorrido em 1883. Este lapso de tempo é demasiado para se dar crédito total à afirmação de que alguns oficiais tinham mais tempo disponível para tomar parte na política. Exército brasileiro e o levou a enfrentar diretamente o governo (16). Mesmo que os oficiais não tivessem aprendido lições diretas no Prata, a Guerra deixou as bases para um Exército relativamente inativo, cujo oficiais tinham mais tempo disponível para tomar parte na política. Eles se ressentiram da constante redução dos efetivos depois do fim da Guerra, tanto pelos seus soldos relativamente baixos, como pela suas magras vantagens percebidas no Exército (17).

A profundidade do ressentimento dos oficiais nessa condição é claramente demonstrada pelo violento aumento dos quadros e das vantagens do Exército declarado pelo Governo Provisório, dominado por militares, quase imediatamente após a queda da Monarquia. De um efetivo aproximado de 23.000 homens no fim da Guerra do Paraguai, o Exército foi reduzido a 15.000 em 1880, oscilando então entre 11.000 e 13.000 durante muitos anos. Em 1888, o Exército era realmente de 11.748 homens. Mas, uma vez implantada a República, o Exército se expandiu rapidamente. Um mês depois da organização do novo regime, o efetivo da cavalaria, artilharia e o corpo de infantaria era aumentado. Mais duas unidades de artilharia foram adicionadas às oito normais, e mais seis batalhões de infantaria aos trinta já existentes. Logo as forças de terra incluíam legalmente mais de 24.000 homens e naquela época contavam uns 20.000. O soldo dos oficiais foi aumen-

(15). — Oliveira Vianna, *O caso do Império*, 1936; Ottoni, *O advento da República no Brasil*, 80; Freire, *História constitucional da República*, I, 191.

(16). — Demétrio Seixas, *O golpe de estado de 15 de novembro* (A o exército e à armada) (Porto-Alegre, 1890), 171; cf. Jacques Ourique, "A revolução de 15 de novembro", in *Jornal do Comércio*, 4 de janeiro de 1890, 2.

(17). — Até os monarquistas mais anti-militaristas, com o Eduard Prado, concordavam que o exército estava mal pago, instruído e organizado. (pseud. Frederico de S.), *Fastos da ditadura militar no Brasil*. 3a. ed. Lisboa, 1890), 5-6.

tado talvez de 40 a 50% , e em poucos meses depois da derrubada do Império e o orçamento do Ministério da Guerra continuou a subir (18).

Durante o Império , os oficiais tinham queixas específicas e aspirações concernentes à sua carreira, mas não um programa político, definido e coeso para impo-lo à nação. Eles eram basicamente reclamantes sem programas.

A singular situação existente durante os últimos anos da década de 1880 foi mais propícia à participação dos militares na política porque faltava forte liderança no governo . Os partidos políticos do Império não se diferenciavam muito um do outro por seus programas e capacidades. Essa situação , que se deteriorava rapidamente , auxiliou a atividade política paralela dos militares e deu maior força ao descontentamento dos elementos-chaves das forças armadas .

A distribuição de contingentes das forças armadas contribuiu para o sucesso do movimento de tropas no Rio de Janeiro em novembro de 1889 . A existência de uma grande guarnição do Exército na capital facilitou a participação individual de oficiais na disputa política , no centro da cidade , a uma distância de um simples percurso de bonde (19). Civis e oficiais dissidentes combinaram-se facilmente , e a propaganda de oposição era dirigida a um grupo menor . Não era preciso influir na totalidade do Exército , apenas na guarnição do Rio de Janeiro . Desde que ao Império faltava o apoio total da minoria politicamente atuante , nenhum outro segmento das forças armadas contestaria os acontecimentos que ocorreram na Capital em novembro de 1889 .

A existência de facções se pode dizer que estava centralizada e apenas alguns indivíduos afetados também o curso daqueles acontecimentos . Na década de 1880 , o mais popular oficial no Exército brasileiro era Deodoro da Fonseca que , na palavra de Campos Sales , era

"amado até a idolatria no Exército... ninguém dispunha , como elle , de tanto poder e fascinação para attrahir e dirigir as classes militares e em um movimento contra a monarchia " (20) .

(18). — Brasil , Ministério da Guerra , *Relatório* , 1888 , Anexos , 3 ; João Batista Magalhães , *A evolução militar do Brasil (Anotações para a história)* . (Rio de Janeiro , 1958 , 312-19 ; Gustavo Barroso , *História militar do Brasil* , (São Paulo , 1935) , 83 ; Theodorico Lopes e Gentil Tôrres , *Ministros da guerra do Brasil (1808-1950)* , 4ª edição , (Rio de Janeiro , 1950) , 30 , Amador Pereira Gomes Nogueira a Cobra , *Brços de gente armada (Páginas republicanas na história do Brasil)* . (São Paulo , 1924) , 180 .

(19). — Em 1889 , dos 13.152 homens do exército , 1.911 estavam no Rio de Janeiro . Brasil , Ministério da Guerra , *Relatório* , 1889 , Anexos , 12 .

(20). — Manuel Ferraz Campos Salles , *D a propaganda à presidência* , São Paulo , 1908 , 54 .

Depois que Deodoro foi transferido de volta ao Rio de Janeiro em setembro de 1889, tornou-se mais fácil incitar um movimento contra o Gabinete Ouro Preto. A popularidade de Deodoro também auxiliou a manter unidas as forças armadas temporariamente, e faze-las aceitar os acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro.

Em seguida à implantação de uma República, desapareceu a superficial união das forças armadas, conseguida durante a "Questão Militar", e as divergências básicas surgiram. Um governo civil, supostamente hostil, não mais serviria como base para essa união superficial,

Embora o regime republicano provisório fosse um governo predominantemente militar, nem todos os grupos militares estavam igualmente representados. Alguns oficiais se achavam muito mais afastados do que outros da sede do governo, agravando-se assim ciúmes e ambições. Os oficiais não podiam sequer dirigir o país e tomar decisões que afetavam seus camaradas de armas e isso deu maiores oportunidades para antagonizar grupos dentro das forças armadas. As hostilidades anteriormente desfechadas no governo civil deveriam ser dirigidas contra um regime dominado por militares e este regime teria que enfrentar uma série de incidentes militares e movimentos de oposição.

As divergências militares baseadas em lealdade e fidelidade pessoal a certos líderes continuavam a afetar a atividade dos oficiais. A perda de popularidade de Deodoro fora da infantaria, enquanto Chefe do Estado, facilitou sua retirada em novembro de 1891, devido a uma temporária coalizão de oficiais leais ao Marechal Floriano Peixoto, General José Simeão e Almirante Custódio José de Melo (21). Apesar dos esforços de alguns de seus companheiros, logo no ano seguinte, Deodoro não pôde retomar o poder (22).

Outras divergências militares giravam em torno do antagonismo entre os oficiais veteranos e os novos, especialmente os jovens formados pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Sob a direção de professores com o Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, muitos dos cadetes do Exército imperial se tornaram fervorosos republicanos. Falava-se que esses jovens oficiais representavam a nas-

(21). — José Carlos de Carvalho, *O livro da minha vida. Na guerra, na paz e nas revoluções* (1847-1910). Rio de Janeiro, 1912, 100-119; Serzedell Corrêa, I. i. *Uma Figura da República. Páginas do passado*. 2ª edição, Rio de Janeiro, 1959, 44-46; Custódio José de Melo, *O governo provisório e a revolução de 1893*, São Paulo, 1938, I, 18, 37-39; *Gazeta de Notícias*, 25 de novembro de 1891, 1.

(22). — Carvalho J. C. de, *O livro da minha vida*, 171-180; Dunshe e de Abranches, ed. *O golpe de estado. Atas e atos do governo Lucena*, Rio de Janeiro, 1954, 133-139. F. G., *O Dia*, 10, 11, e 12 de abril de 1901.

cente classe média e eram, portanto, mais predispostos à mudança política. Alguns graduados da Escola Militar haviam descrito esta instituição com o um a Meca para pobres e ambiciosos rapazes e em busca de educação adiantada (23). Dado o fato de possuirmos bons dados biográficos apenas sobre uns poucos oficiais das mais altas patentes, torna-se muito difícil concretizar as pretensões de escritores com o Nelson Werneck Sodré ou San Tiago Dantas quanto à existência e natureza de laços muito íntimos entre o Exército e a nascente classe média (24). E mesmo disso, o dado existente indica um a completa inconsciência da condição da classe média no Exército, porquê e falta de tal consciência no país inteiro. À classe média faltava a força política decisiva, tanto quanto a coesão ideológica, de acordo com Níciá Villela Luz (25). Certamente, o corpo de oficiais do Exército, como um todo, não poderia ter representado a classe média ou tomado qualquer posição refletindo opiniões coerentes da classe média, visto que nem o Exército, nem a classe média estava unidos. Aqueles oficiais mais moços não tinham o necessário poder militar para determinarem por eles próprio o destino da Monarquia ou da República. Somente se eles representassem a mais ampla corrente nas forças armadas, poderiam seus pronunciamentos trazer consigo grande peso.

As discussões do Club Militar, fundado em 1887, no âmbito da "Questão Militar", para dar aos oficiais do Exército uma tribuna para exporem seus agravos, ilustra as opiniões de muitos daqueles jovens oficiais. Alguns se acharam responsáveis pela sorte da República, desde que tinham, entusiasticamente, aceitado a sua proclamação com a própria realização. Justificavam seu comportamento durante os primeiros dias da República dizendo que

"a classe militar passa por ter a responsabilidade de tudo o que se tem dado e em nossa pátria, desde 15 de Novembro" (26).

Logo que esta crença fosse aleatória e retórica poderia facilitar sua participação no processo político.

(23). — Augusto Ximenes de Villeroy, *Benjamin Constant e a política republicana*, Rio de Janeiro, 1928, 2; Vicente Licínio Cardoso, *"Benjamin Constant", A Margem da história da República, Ideias, crenças e afirmações*, Rio de Janeiro, 1924, 296.

(24). — Francisco Clementino de San Tiago Dantas, *Dois momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, 1949, 17-19; Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil*, São Paulo, 1962, 270-74.

(25). — Níciá Villela Luz, "O papel da classe média brasileira no movimento republicano", *Revista de História*, nº 57 (janeiro-março de 1964), 13-27.

(26). — *Atas do Clube Militar*, sessão de 5 de novembro de 1890.

Conquanto os jovens oficiais não fosse m tão poderoso fator, com o acreditam alguns escritores, eles se opunham a outro grupo de oficiais e isso aumentou o tumulto do período. Suas atividades, opiniões e formação provocaram a hostilidade de muitos oficiais veteranos politicamente ativos. Um destes Jacques Ourique, que tinha longamente militado na política, declarou que, durante os últimos quinze anos antes da derrubada da Monarquia, a escola militar tinha sido transformada em Instituições

"de fazer bons soldados e m fabricas de doutores de cama - rilha, mais aptos e m se do doentio mysticismo altruista para as concepções abstractas de republicas platonicas do que para a rude tarefa de commandar batalhões ou companhias" (27).

Muitos dos oficiais mais velhos não haviam cursado as escolas militares ou passado pela mão de Benjamim Constant e outros professores positivistas, e desdenhavam

"essa bacharelia e positivista" e "essa semi-ignorancia preten - ciosa e balofa" (28).

Essas diferenças entre os mais jovens e os mais velhos oficiais ajudavam a aumentar suas desavenças políticas, contribuindo para as atividades militares do período. Os oficiais veteranos do Exército, especialmente, ressentiam-se de qualquer crítica à sua posição política e às manifestações dos jovens oficiais, com o ocorreu em 1892, quando o Clube Militar expulso os três generais e almirantes que, sem sucesso, solicitaram a Marechal Floriano a convocação da eleição presidencial. O general Honorato Caldas, um veterano da "Questão Militar", resumiu esse sentimento quando acusou os jovens oficiais do Clube Militar de serem

"os discipulos castigando os mestres a _____ o major e a capitão é licito interpretar a Constituição, ao generaes não!" (29).

Durante os primeiros anos da República, as tradicionais rivalidades e litígios entre o Exército e a Marinha foram intensificados. Os oficiais de Marinha entraram, então, na arena política, pois consideraram ameaçados os seus interesses de classe. Tomaram parte em movimentos contra o governo dominado pelo Exército, culminando com a

(27). — Jacques Ourique, *Correio da Tarde*, 31 de dezembro de 1895, 1.

(28). — *Idem, ibidem*.

(29). — Honorato Candido Ferreira Caldas (pseud. Kleber), *A legalidade do 23 de novembro*, Rio de Janeiro, 1892, 47.

Revolta da Armada de 1893-94. Os oficiais da Marinha acreditavam que o Marechal Floriano Peixoto estava favorecendo o Exército e os vencimentos e vantagens subordinando a Marinha. Assim com o vários oficiais do Exército, antes do 15 de novembro de 1889, os oficiais da Marinha sentiram que seu corpo havia sido desdenhado e mal apreciado e sua honra, atingida.

Na palavra do Almirante Custódio de Melo, o líder dos insurretos navais, a rebelião desencadeou-se

"para restaurar o poder da Lei, da ordem e da paz" (30).

Mas a Revolta da Armada não conseguiu apoiar algum da população civil. Somente alguns irredutíveis monarquistas, que continuavam a procurar, sem sucesso, facções militares para derrubar a República, estavam interessados no êxito da revolta. Mas os sentimentos monarquistas dentro da armada eram extremamente fracos. O único monarquista prestigioso entre os principais oficiais da armada era o Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama. Seu manifesto pugnando por um plebiscito sobre a forma do governo do Brasil foi muito mal recebido pelos brasileiros, demonstrando, desse modo, ser insustentável uma posição monarquista (31). Os rebeldes navais receberam somente algum auxílio monetário dos monarquistas, e mesmo esse grandemente exagerado (32). Essa revolta é mais bem compreendida à luz da rivalidade Exército-Marinha, do que com o tentativa monarquista.

Dentro da própria Marinha existiam divergências, baseadas primariamente em sentimentos de lealdade pessoal. A falta de cooperação entre os Almirantes Eduardo Wandenkolk, Custódio de Melo e Saldanha da Gama e seus companheiros antes e depois do começo da revolta foi um fator-chave do fracasso da mesma. Em 1893, a Marinha não tinha líder destacado que pudesse promover uma união provisória, como tinha ocorrido com Deodoro da Fonseca e o Exército em 1889.

As dissensões dentro do Exército e da Marinha e a rivalidade entre os dois corpos, que a Revolta da Armada demonstrou, tiveram m

(30). — Manifesto do Almirante Melo, *Jornal do Comércio*, 7 de setembro de 1893, 1.

(31). — Manifesto de Saldanha da Gama, 7 de dezembro de 1893. Dunshee de Abranches, *A revolta da armada e a revolução rio-grandense*, Rio de Janeiro, 1914, I, 11-13.

(32). — *Notas de um revoltoso*, (Rio de Janeiro, 1895), 135-39. **46-50**; Melo, *O governo provisório*, II, 34-36; 300-301; Dunshee de Abranches, *A revolta da armada*, I, 29-30, 68-69; II, 25-29; Saldanha e Carlos Landares, *Mon-tevideo*, 9 de outubro de 1894, Arquivo do Serviço Geral da Marinha, Caixa 70; Conde de Leopoldina e Rui Barbosa, Lisboa, 17 de dezembro de 1893 e 8 de janeiro de 1894. Casa de Rui Barbosa.

outros efeitos. Por meio do judicioso uso dessas divergências, um grupo coeso de civis, composto principalmente dos representantes do economicamente poderoso Estado de São Paulo, tirou o controle imediato das mãos dos oficiais. Os Paulistas se opunham ao predomínio dos militares, visto que a instabilidade dos governos militares punha em perigo o crescimento econômico, a prosperidade e a autonomia do seu Estado. E mesmo quando atacava diretamente os oficiais no governo militar chefiado pelo Marechal Floriano, eles cooperavam e celebravam acordos, quando necessário. Durante a Revolta da Armada, os Paulistas prestaram auxílio decisivo ao regime de Floriano por meio da milícia estadual. Em 1894, eles conseguiram eleger Prudente de Moraes, um dos mais anti-militaristas dos seus colegas, para presidência (33),

As divergências existentes no seio das forças armadas brasileiras tornaram possível determinar a natureza da participação política dos oficiais e até levar ao fim do controle militar ostensivo. A participação dos oficiais na queda da Monarquia foi apenas uma etapa nesse processo, e é insatisfatório e improdutivo tentar-se separar os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 dos outros atos praticados pelos oficiais. As forças armadas, com todas as suas divergências, constituíram o maior poder no Brasil, antes e depois da queda da Monarquia. Um poder capaz de derrubar o vacilante Império e dominar durante os primeiros anos da República.

(33). — Jun e E. Hahner, "The Paulistas Rise to Power. A Civilian Group Ends Military Rule", *Hispanic American Historical Review*, XLVI I (maio, 1967), 149-1, 65.